

A Conquista da Autonomia

O desenvolvimento da consciência moral

Daniela Gauzzi Carneiro Nogueira

Resumo

No presente artigo, apresento um estudo baseado na obra de Jean Piaget, biólogo e psicólogo suíço (1896-1980) sobre o desenvolvimento da consciência moral. Irei percorrer o caminho que parte da anomia (pré-moralidade), à autonomia, que é a capacidade de se autogovernar; ou seja, ser autônomo em suas ações. Piaget diz que, não adianta “querer” ser ético, é necessário “saber” sê-lo. Ele acredita firmemente nas virtudes da inteligência no campo moral.

Palavras chave: Desenvolvimento Moral; Autonomia; Ética; Consciência Moral

Introdução

Esse artigo tem por finalidade traçar o caminho do desenvolvimento da moral. Acredito, assim como Piaget, no qual baseei o meu trabalho, que existem níveis de desenvolvimento da moralidade, portanto o “ser ético” é uma construção cognitiva, que passa por diversos estágios. Esses estágios progressivos (etapas) são marcados por uma série de mudanças ordenadas e previsíveis, que partem da anomia até chegar à autonomia moral. O tempo todo, o indivíduo interage com a realidade, aprende a lidar com as regras e estrutura a sua cognição. Em Piaget, desenvolvimento moral e evolução intelectual efetiva imbricam-se de modo crucial e interdependente. Um não existe sem o outro. Existe uma inter-relação do sujeito epistêmico (cognitivo, intelectual) ao sujeito julgador.

A Gênese da moral

“Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (PIAGET, 1977).

Quando falamos em moral, necessariamente falamos de regras. A moral fala de princípios e regras que as crianças aprendem a respeitar, e lhes são passados através dos adultos, ou seja, elas já recebem essas regras elaboradas pela sucessão de gerações.

Piaget desenvolveu seus experimentos com crianças pequenas sobre jogos de regras, e seus estudos apontaram para uma relação de dependência entre o desenvolvimento moral e a capacidade cognitiva. Ele propõe a existência de critérios que se aplicam universalmente aos aspectos cognitivos e sociais do desenvolvimento humano. A teoria de Piaget é a teoria das etapas. A criança como um ser dinâmico, a todo o momento interage com a realidade, operando ativamente com os objetos e pessoas, faz com que construa estruturas mentais e adquira maneiras de fazê-las funcionar.

Podemos distinguir três estágios sucessivos e progressivos de desenvolvimento da moral.

Anomia

O estado de anomia (pré-moralidade), entre zero e cinco anos, é o estado da não consciência, nessa fase a consciência dorme. Esse estágio é puramente motor e individual, conhecido como inteligência sensório-motora ou repetição imitativa. Os brinquedos são manipulados de acordo com seus desejos e seus hábitos motores. A criança não manifesta noção de regra ou consciência moral, permanece nesse momento o jogo individual, a criança joga consigo mesma, não segue regras coletivas e não precisa compartilhar com o outro, a regra é coercitiva, porque é puramente motora. Não existe nesta fase a capacidade de fazer julgamentos. Durante esse primeiro estágio a consciência das regras é vista assim por Piaget: *“Durante o primeiro estágio, a regra é puramente motora e talvez suportada, como que inconscientemente, a título de exemplo interessante e não de realidade obrigatória.”* (PIAGET, 1994:34)

Heteronomia

Fase que vai dos 5 aos 8 anos. No desenvolvimento da criança, cada vez mais as suas ações vão se complexificando, com isso o indivíduo reconhece a existência do outro e passa a reconhecer a necessidade de regras, da hierarquia e da autoridade. Acontece nessa fase, o deslocamento do eixo de suas relações de si para o outro, numa relação unilateral, no sentido da heteronomia. A verdade e as decisões estão centradas no outro, no adulto. A criança não tem a sua consciência própria, ela é tomada emprestada do outro, portanto exterior ao indivíduo, portanto exterior ao indivíduo e reconhecida como sagrada.

“Essa atitude resulta da coação exercida pelos mais velhos sobre os menores e da pressão devida aos próprios adultos, sendo, dessa forma, as regras do jogo assimiladas a deveres propriamente ditos.”
(PIAGET 1994:92)

A falta de consciência do eu e a consciência centrada na autoridade do outro impossibilitam a cooperação, anulando a ação do indivíduo como sujeito. O indivíduo submete-se às regras, e pratica-as em função do outro. Essa fase é caracterizada pelo realismo moral, em que a regra tem uma validade absoluta por vir de seus pais, professores ou adultos, merecendo respeito absoluto. Regra para as crianças nessa fase

é permanente, sagrada, inflexível, imutável. Isso tudo não quer dizer que elas compreendam os detalhes da regra, muito menos as analisem, a regra é seguida rigidamente, ao pé da letra. A responsabilidade dos atos é julgada conforme as consequências desses atos e não de acordo com as intenções. Ex: Quebrou um copo apanha uma vez, quebrou dois copos, apanha duas vezes. O tamanho do castigo deve ser equivalente ao tamanho do dano.

O indivíduo que se comporta como um heterônomo moral tem as regras legitimadas, mas, ainda não elaboradas pela inteligência. Comporta-se de forma errática, frequentemente desobedecendo, na prática, às leis que ele mesmo pensa serem “sagradas”. Como Piaget fazia a hipótese de que a heteronomia é a moral socialmente dominante, não se espantava de observar tantas transgressões cotidianas.

Autonomia

O dicionário Houaiss assim define autonomia: capacidade de se autogovernar; faculdade que possui determinada instituição de traçar as normas de sua conduta, sem que sinta imposições restritivas de ordem estranha. Preservação da integridade do eu. Essa definição do dicionário se aproxima do conceito de autonomia que será tratado durante esse trabalho. A autonomia é a culminância do processo de autoconsciência. A inteligência parte das ações motoras, centradas no próprio indivíduo, numa relação, numa relação egocêntrica de si para si mesmo (anomia), somente quando o indivíduo alcança a fase das operações lógicas, é possível estabelecer relações cooperativas e de reciprocidade (autonomia), nesta fase, o indivíduo é capaz de considerar outros pontos de vista, ou seja, ter pensamento reversível. Não pode haver moralidade quando se considera apenas o próprio ponto de vista. Para Piaget, autonomia é: *“capacidade de coordenação de diferentes perspectivas sociais com o pressuposto do respeito recíproco.”* (PIAGET, 1994)

A autonomia moral só é possível ao chegar aos 13 anos de idade, após essa idade há uma maior conscientização e detalhamento da regra. Somente quando os agrupamentos operatórios surgem com as articulações das instituições, que o adolescente torna-se apto a agir cooperativamente.

Ideias de respeito, reciprocidade, cooperação e lealdade começam a fazer parte dos acordos grupais. É o momento de rever, debater, discutir e analisar regras morais modificando-as segundo os limites do consenso do grupo. Qualquer mudança no que tange ao mérito da regra, só é efetuada sob um processo de negociação, e de estabelecimento de um acordo grupal, de tal modo, que atenda aos princípios citados acima.

O terceiro estágio de consciência das regras abrange o fim do estágio de cooperação da prática das regras até o estágio de codificação das regras. *“A regra é considerada como uma lei imposta pelo consentimento mútuo, cujo respeito é obrigatório, se deseja ser leal, permitindo-se, todavia, transformá-la à vontade, desde que haja consenso geral.” (PIAGET,1994)*

Jean Piaget discute com muito cuidado a questão da autonomia e do seu desenvolvimento. Para Piaget a autonomia não está relacionada com isolamento (capacidade de aprender sozinho), na verdade, ele entende que o florescimento do pensamento autônomo e lógico operatório é paralelo à capacidade de estabelecer relações cooperativas. Autonomia não é a mesma coisa que liberdade completa. Autonomia significa ser capaz de considerar os fatores relevantes para decidir qual deve ser o melhor caminho da ação. Não pode haver moralidade quando alguém considera somente seu ponto de vista. Quando conseguimos perceber o ponto de vista de outras pessoas, veremos que não somos livres para quebrar promessas, mentir ou agir irracionalmente. Em contraponto à heteronomia, há a autonomia. Nela os indivíduos levam em consideração a influência de suas ações sobre as outras pessoas que serão afetadas por seus atos. Uma moral deliberada coletivamente passa a ser um compromisso público e integra-se na personalidade.

Na autonomia encontramos o “respeito recíproco”, bastante diferente do “respeito unilateral” que encontramos na heteronomia, que consiste na capacidade de se colocar racionalmente no ponto de vista de outras pessoas. Na perspectiva piagetiana, as normas morais são regras racionais de acordos mútuos, sendo assim o respeito recíproco um pressuposto essencial para o entendimento. Uma norma para ser

reconhecida como boa precisa satisfazer as leis da “reciprocidade” e para reconhecer uma norma como boa, o indivíduo terá de colocar-se numa perspectiva que se harmonize com outras perspectivas.

Moral não se ensina, se desenvolve!

O texto do pedagogo Lauro de Oliveira Lima, “Aprendizagem da Democracia: Educação Moral e Cívica (in: Piaget para principiantes) é bastante enfático na questão do desenvolvimento da moral. Ele estranha as pessoas serem convictas de que a inteligência é inata, mas a moral adquirida. As pessoas não pensam em “ensinar inteligência”, mas todos se preocupam em “ensinar moral”. Esse modo de pensar não tem embasamento científico. Tanto a moral quanto a inteligência precisam de situações (problema) estimulantes de meio.

Tecnicamente, a inteligência se desenvolve através de **situações problema** e a moral resulta da **dinâmica do grupo**.

Quando falamos de moral, o que passa na cabeça das pessoas, até mesmo como tabu, é a crença inabalável na necessidade de doutrinação das crianças nas crenças dos adultos, trata-se de inculcação de regras e mandamentos que o grupo de adultos acredita ser a melhor forma de agir.

A conclusão que J. Piaget chegou, pesquisando nas crianças, o surgimento das noções de moral foi de que há estreita relação entre a moral e a inteligência.

Então, Como se deve ensinar moral? Permitindo-se que as crianças, progressivamente, deliberem umas com as outras (dinâmica de grupo), as regras de seus jogos e de seu comportamento, fazendo-as tomar consciência dos efeitos e falhas destas regras. Assim, vão aprendendo o respeito mútuo, a lealdade, a solidariedade, o amor uns para com os outros. É evidente que essas regras e a análise vão depender do seu nível de desenvolvimento mental. *“Só um débil receberia regras impostas sem espírito crítico, renunciando à deliberação (livre arbítrio).”* (LIMA, 1980:18)

Bibliografia:

LIMA, L. Piaget para principiantes: 5. ed. São Paulo: Summus, 1980

PIAGET, J. O juízo moral na criança: 4. ed. São Paulo: Summus, 1994